

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

PROGRAMA DE ENSINO PRIMÁRIO E DE EDUCAÇÃO  
DE BASE PARA O NORDESTE

( Redação Preliminar )

SUDENE

*Departamento de Assistência Técnica  
e Formação do Pessoal*

**CIRCULAÇÃO RESTRITA**

REDAÇÃO PRELIMINAR

R E C I F E

SUDENE - SETOR GRÁFICO E DE REPRODUÇÕES

1 9 6 2

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E DE BASE PARA O NORDESTE

1. Antecedentes

1.1. Justificativa do Programa

Razões de ordem econômica e social exigem um maior esforço dos Poderes Públicos no sentido de ampliar as oportunidades de escolarização oferecidas às crianças de 7 a 14 anos e aos adolescentes e adultos analfabetos, bem como de elevar o nível qualitativo do ensino primário e da educação de base no Nordeste.

Isso porque, sem se superestimar o papel da educação do grau elementar num programa de desenvolvimento, é inegável que ela desempenha importante função, i) garantindo mínimos culturais para a própria vida em sociedade, ii) criando condições que facilitam a mobilidade social ascendente, iii) concorrendo para superar padrões típicos de "sociedades fechadas", que atuam como obstáculo ao desenvolvimento, e, finalmente, iv) preparando pessoal a ser absorvido pelos cursos de aprendizagem, técnicos (de nível médio e superior), que, suprem as exigências de mão-de-obra **qualificada e especializada, decorrentes** do crescimento das atividades industriais e dos serviços.

Assim, o esforço adicional que se pretende dos Poderes Públicos, justifica-se, não só pela obrigação de garantir padrões culturais mínimos à população, como também, pela necessidade de atender às urgências do desenvolvimento econômico que o Estado está empenhado em promover.

1.2. Dados sobre o ensino primário no Nordeste

Tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o qualitativo, a situação do ensino primário no Nordeste é inferior à do Brasil como um todo e à de muitos países ou regiões do mesmo nível de renda.

Apesar de, nos últimos dez anos, ter-se acentuado o ritmo de crescimento das matrículas, diminuindo, em termos relativos, o deficit de escolarização, a alta taxa de crescimento da população em idade escolar não tem permitido um aumento sensível de percentagem de crianças de 7 a 14 anos atendidas. Assim, se se mantiver o ritmo de crescimento de matrículas e da população em idade escolar verificado no período 1950/60, somente no ano 2005 o Nordeste teria possibilidades de fornecer meios de escolarização

zb.-

às crianças daquele grupo de idades!

Dos quadros que, a seguir se apresentam, conclui-se:

a) que, em todos os Estados do Nordeste, à exceção do Maranhão, aumentou a percentagem da população em idade escolar/<sup>atendida</sup> (QUADRO I);

b) que, em todos os casos, a percentagem da população escolar atendida é sensivelmente superior nas zonas urbanas que nas zonas rurais (QUADRO I);

c) que, se para o Nordeste como um todo, houve um pequeno decréscimo da população de 7 a 14 anos atendida nas zonas urbanas (57,34% em 1950, e 57,03%, em 1960), isso se deveu, não a um esforço sensível para aumentar a escolarização nas zonas rurais, diminuindo-se, em termos relativos, os investimentos nas zonas urbanas, mas, exclusivamente, a uma intensificação do êxodo rural, em decorrência do qual cresceu em ritmo mais elevado a população em idade escolar, que os recursos para atendê-la, nas zonas urbanas (QUADRO I);

d) que, à base dos índices apresentados nos QUADROS II, III e IV, a situação do Nordeste é inferior à média do Brasil.

Se forem observadas certos indicadores do rendimento escolar e da qualidade do ensino, ainda mais se acentua a precária situação do ensino primário no Nordeste. Assim, o alto índice de evasão escolar, o pouco tempo de permanência dos alunos na escola, o elevado número de "professôres leigos", sem nenhuma preparação pedagógica, a carência de material didático, a falta de pessoal de supervisão, tudo isso agrava as condições de atendimento da população em idade escolar.

## 2. Diretrizes Gerais

Reconhecendo a necessidade de integrar um plano de educação no programa de desenvolvimento regional em que se vem compondo, admite o Governo Federal, partindo dos diagnósticos realizados sobre a situação educativa no Brasil e no Nordeste, os seguintes supostos básicos que deverão nortear aquele plano;

a) A urgência em harmonizar o trabalho dos organismos e instituições que atuam no setor do ensino primário e da educação de base, a través de uma filosofia comum de ação, de uma divisão racional de responsabilidades, e de todos os meios que permitam a máxima rentabilidade nas aplicações dos recursos disponíveis;

b) A consideração de que o programa educacional a ser elaborado: i) deve dirigir-se, prioritariamente, às populações que possam utilizar ~~mais~~ imediatamente dos seus resultados para melhorar as suas con

QUADRO I

BRASIL, NORDESTE, S. PAULO E R. G. DO SUL - POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR ATENDIDA (%) - 1950 e 1960

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	A N O S					
	1 9 5 0			1 9 6 0 *		
	T o t a l	Zona urbana e suburbana	Zona Rural	T o t a l	Zona urbana e suburbana	Zona Rural
Maranhão	19,04	53,50	12,66	18,88	56,14	11,62
Piauí	17,19	52,83	11,16	29,23	69,29	17,99
Ceará	24,91	59,81	14,76	33,70	50,12	26,20
R. G. do Norte	30,88	57,06	22,87	46,04	64,55	35,97
Paraíba	30,44	58,99	21,68	32,25	46,70	25,35
Pernambuco	29,41	57,26	17,98	37,43	54,07	26,14
Alagoas	22,88	55,01	13,75	30,90	58,65	18,99
Sergipe	32,52	60,27	21,69	43,93	66,91	31,23
Bahia	22,11	57,00	12,20	30,20	62,10	15,54
NORDESTE	<u>24,97</u>	<u>57,34</u>	<u>15,41</u>	<u>32,17</u>	<u>57,03</u>	<u>20,95</u>
S. PAULO	<u>48,15</u>	<u>76,31</u>	<u>24,16</u>	<u>55,41</u>	<u>77,44</u>	<u>29,10</u>
R.G. DO SUL	<u>45,91</u>	<u>62,23</u>	<u>39,36</u>	<u>58,09</u>	<u>73,11</u>	<u>49,04</u>
BRASIL	<u>35,77</u>	<u>66,32</u>	<u>22,30</u>	<u>43,07</u>	<u>68,36</u>	<u>27,47</u>

I B G E

FONTES: Censos Demográficos de 1950

IBGE: Anuário Estatístico do Brasil - 1961

SEEC - Sinopse Regional do Ensino Fundamental Comum - Dados Retrospectivos - 1940/1957

\* Estimativa

QUADRO II

BRASIL, NORDESTE, S. PAULO E R.G.DO SUL - ENSINO PRIMARIO

FUNDAMENTAL COMUM

ALUNOS POR MIL HABITANTES\*-1950/1960

A N O	B R A S I L			N O R D E S T E			S . P A U L O			R . G . D O S U L		
	Total	Nas zo- nas ur- banas e suburba nas	Nas zonas rurais	Total	Nas zo- nas ur- banas e suburba nas	Nas zonas rurais	Total	Nas zo- nas ur- banas e suburba nas	Nas zonas rurais	Total	Nas zo- nas ur- banas e suburba nas	Nas zonas rurais
1950	71,7	112,3	48,6	52,7	104,7	34,1	87,7	121,5	50,1	89,9	102,1	83,5
1960**	86,3	115,8	62,0	64,8	103,4	44,7	100,8	122,1	64,9	113,7	120,0	108,6

I B G E.

FONTES: Censos Demográficos de 1950

IBGE: Anuário Estatístico do Brasil - 1961

SEEC - Sinopse Regional do Ensino Fundamental Comum - Dados Retrospectivos - 1940/1957

\* À base de dados sobre a matrícula efetiva.

\*\* Estimativa.

QUADRO III

BRASIL, NORDESTE, S. PAULO E R. G. DO SUL

CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS POR PROFESSOR PRIMÁRIO - 1950 E 1960

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS					
	1950			1960*		
	Total	Zona urbana e suburbana	Zona rural	Total	Zona urbana e suburbana	Zona rural
Maranhão	184	58	307	173	55	297
Piauí	211	53	423	128	56	202
Ceará	121	48	219	79	51	107
R.G.do Norte	125	66	173	73	49	98
Paraíba	126	59	192	96	60	134
Pernambuco	119	58	207	88	63	122
Alagoas	161	64	283	113	57	194
Sergipe	126	62	213	85	49	138
Bahia	194	73	369	114	54	233
NORDESTE	<u>147</u>	<u>60</u>	<u>257</u>	<u>101</u>	<u>56</u>	<u>159</u>
S. PAULO	<u>72</u>	<u>46</u>	<u>133</u>	<u>52</u>	<u>38</u>	<u>89</u>
BRASIL	<u>92</u>	<u>47</u>	<u>159</u>	<u>67</u>	<u>41</u>	<u>109</u>
R. G. DO SUL	<u>58</u>	<u>39</u>	<u>73</u>	<u>39</u>	<u>28</u>	<u>52</u>

IBGE.

\* Estimativa

FONTES: Censos Demográficos de 1950 - IBGE. Anuário Estatístico do Brasil-1961

SEEC. Sinopse Regional do Ensino Fundamental Comum - Dados Retrospectivos -1940/57

QUADRO IV

BRASIL, NORDESTE, S. PAULO E R. G. DO SUL  
ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM ALUNOS POR PROFESSOR\*  
1950 - 1959

DISCRIMINAÇÃO	A N O S							
	1 9 5 0				1 9 5 9			
	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA DISTRITAL	ZONA RURAL	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA DISTRITAL	ZONA RURAL
NORDESTE	<u>36,7</u>	<u>33,7</u>	<u>41,6</u>	<u>39,6</u>	<u>30,9</u>	<u>29,5</u>	<u>33,7</u>	<u>32,1</u>
Maranhão	35,0	30,1	38,6	38,8	31,3	29,0	33,9	33,4
Piauí	36,3	28,2	-	47,2	34,9	34,8	-	35,1
Ceará	30,2	26,7	34,8	32,3	25,4	24,5	12,1	25,9
R.G.do Norte	38,6	36,8	41,9	39,6	31,6	34,9	38,4	41,0
Paraíba	38,3	32,1	42,7	41,7	30,2	26,3	32,6	33,4
Pernambuco	35,0	32,5	39,1	37,3	31,7	32,1	34,1	30,8
Alagoas	36,8	33,9	41,6	38,9	33,4	30,8	41,0	35,8
Sergipe	40,9	36,7	50,0	46,2	35,7	31,8	42,9	40,9
Bahia	42,8	39,1	48,9	45,0	32,8	30,2	37,9	35,8
SÃO PAULO	<u>34,5</u>	<u>35,2</u>	<u>36,9</u>	<u>32,1</u>	<u>28,6</u>	<u>29,4</u>	<u>31,2</u>	<u>26,0</u>
R.G.DO SUL	<u>26,7</u>	<u>22,9</u>	<u>28,0</u>	<u>28,7</u>	<u>22,9</u>	<u>19,8</u>	<u>23,8</u>	<u>25,7</u>
B R A S I L	<u>32,9</u>	<u>30,5</u>	<u>27,4</u>	<u>35,4</u>	<u>28,9</u>	<u>27,8</u>	<u>31,2</u>	<u>29,9</u>

FONTES: MEC - SEEC - Sinopse Regional do Ensino Primário Fundamental Comum-Dados Retrospectivos-1940/1957.

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1961

\* À base de dados sobre a matrícula efetiva.

dições de vida; ii) deve constituir-se num fator de integração do indivíduo na comunidade e, ao mesmo tempo, de preparação desta para o processo de mudança social que se acha em curso no Nordeste; iii) pelos seus custos, não deve comprometer excessivamente a realização de investimentos de caráter reprodutivo a curto ou médio prazo; iv) deve aproveitar, sempre que possível, o impacto criado pelos programas e projetos que visem à modificação da infra-estrutura econômica; v) deve utilizar-se de todos os recursos, particularmente os meios de educação de massa, que permitam a obtenção de resultados rápidos e a custos baixos, mesmo que se sacrifiquem, com isso, certos requisitos exigidos pela moderna pedagogia de países desenvolvidos; vi) deve associar-se aos programas e projetos de desenvolvimento econômico e social, pois a experiência tem mostrado a ineficácia dos programas educacionais isolados, para alterar, positivamente, as condições de vida das comunidades;

c) A crença na eficiência da cooperação internacional para a execução do programa, através de assistência técnica e financeira, uma vez provado, pelo estabelecimento de um plano comum, e pelos compromissos de colaboração das entidades brasileiras, o nosso esforço para atacar decisivamente o problema.

### 3. Metas a atingir

Num programa de 10 anos, parte do qual seria de execução imediata, pretende-se:

a) O atendimento de toda a população em idade escolar (7 a 14 anos) das zonas urbanas de todos os municípios do Nordeste, através de um plano de construção de escolas, formação de professores e supervisores, produção de material didático;

b) A melhoria de qualidade do ensino nas zonas urbanas, através de substituição de, pelo menos, 30% (trinta por cento) das escolas com instalações inadequadas, pelo treinamento, em cursos intensivos, de todos os professores leigos, do pessoal administrativo e de supervisão e pela reforma dos currículos;

c) O atendimento de toda a população (ou no mínimo, 80%) de adolescentes e adultos analfabetos de 15 a 50 anos nas zonas urbanas, através de escolas radiofônicas, televisão educativa (nas capitais onde isso for possível) e de cursos supletivos regulares;

d) A criação, nas Capitais e em centros industriais, de cursos primários complementares, de caráter vocacional, e pré-profissional, que irão fornecer clientela para as escolas industriais e para os cursos de aprendizagem;

zb.--

e) O atendimento de t $\tilde{o}$ da a popula $\tilde{c}$ o em idade escolar nas zonas rurais onde a SUDENE em outros  $\tilde{o}$ rg $\tilde{a}$ os federais e estaduais tenham em mira realizar modifica $\tilde{c}$ oes na infra-estrutura econ $\tilde{o}$ mica, capazes de alterar, substancialmente, os padr $\tilde{o}$ es de vida das comunidades, o que se far $\tilde{a}$  atrav $\tilde{e}$ s da cria $\tilde{c}$ o de uma rede de escolas, sempre que poss $\tilde{i}$ vel f $\tilde{i}$ sicamente associadas a centros de comunidade, e da instala $\tilde{c}$ o de centros de prepara $\tilde{c}$ o acelerada e de aperfei $\tilde{c}$ oamento de professores e supervisores;

f) O atendimento de t $\tilde{o}$ da a popula $\tilde{c}$ o (ou, no m $\tilde{i}$ nimo 80%) de adultos e adolescentes analfabetos de 15 a 50 anos, das zonas rurais referidas no item e, atrav $\tilde{e}$ s de escolas radiof $\tilde{o}$ nicas e de cursos supletivos, com as convenientes adapta $\tilde{c}$ oes dos curr $\tilde{i}$ culos  $\tilde{a}$ s exig $\tilde{e}$ ncias do meio rural;

g) A instala $\tilde{c}$ o, em munic $\tilde{i}$ pios que constituam "centros de regi $\tilde{a}$ o", de n $\tilde{u}$ cleos para a forma $\tilde{c}$ o e aperfei $\tilde{c}$ oamento de professores rurais, que ir $\tilde{a}$ o servir a outras zonas ainda n $\tilde{a}$ o atendidas nos programas anteriores.

Todo o programa ser $\tilde{a}$  dividido em tr $\tilde{e}$ s projetos b $\tilde{a}$ sicos, que, por sua vez, se desenvolver $\tilde{a}$ o em outros projetos espec $\tilde{i}$ ficos:

PROJETO A - Ensino Prim $\tilde{a}$ rio para as Zonas Urbanas;

PROJETO B - Ensino Prim $\tilde{a}$ rio e educa $\tilde{c}$ o de base para as zonas rurais onde est $\tilde{a}$ o previstos programas de modifica $\tilde{c}$ o da infra-estrutura econ $\tilde{o}$ mica;

PROJETO C - Amplia $\tilde{c}$ o da  $\tilde{a}$ rea de penetra $\tilde{c}$ o do sistema educacional nas zonas rurais.

#### 4. Prioridades

O Projeto das Zonas Urbanas ter $\tilde{a}$  a dura $\tilde{c}$ o de 5 anos, devendo iniciar-se ainda em 1962, e, pelas raz $\tilde{o}$ es posteriormente apresentadas, ser $\tilde{a}$  priorit $\tilde{a}$ rio s $\tilde{o}$ bre os demais.

O Projeto B, nos anos de 1962 e 1963, desenvolver-se- $\tilde{a}$  na Zona de Coloniza $\tilde{c}$ o do Maranh $\tilde{a}$ o. Nas outras  $\tilde{a}$ reas, durante  $\tilde{e}$ sse per $\tilde{i}$ odo, os recursos dever $\tilde{a}$ o ser concentrados na instala $\tilde{c}$ o e opera $\tilde{c}$ o de Centros de Forma $\tilde{c}$ o Intensiva e de Aperfei $\tilde{c}$ oamento de Profess $\tilde{o}$ res Rurais, devendo ser limitados os investimentos para amplia $\tilde{c}$ o da r $\tilde{e}$ de escolar. A partir de 1964 ou 1965, come $\tilde{c}$ ar-se- $\tilde{a}$  o programa maci $\tilde{c}$ o de constru $\tilde{c}$ o de escolas, nas  $\tilde{a}$ reas em que se venham a executar os projetos de natureza econ $\tilde{o}$ mica.

O Projeto C ser $\tilde{a}$  iniciado s $\tilde{o}$ mente ap $\tilde{o}$ s a conclus $\tilde{a}$ o do Projeto A,

provavelmente depois de 1967.

5. PROJETO-A Ensino Primário para as zonas urbanas

5.1. Justificativa. Se é possível dizer, partindo-se das finalidades fixadas no art. 25 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação ("O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança (1), e a sua integração no meio físico e social"), que o ensino primário é igualmente importante para as populações da cidade e do campo, vários fatores vêm sendo responsáveis pelo crescimento da demanda por esse tipo de educação, bem como por um maior atendimento de tal demanda nas zonas urbanas, assinalando-se entre os principais:

a) O fato de que os conhecimentos ministrados, principalmente a alfabetização, fornecem a curto prazo aos adultos, e a longo ou médio prazo às crianças e aos adolescentes: i) um instrumental valioso que lhes possibilita o melhor desempenho de suas atividades profissionais; ii) oportunidades de melhor conhecimento da comunidade e da função que nela exercem os indivíduos; iii) facilidades de ascensão social aos que compõem as camadas mais baixas da população; iv) condições para o surgimento de uma consciência de classe, de associações profissionais e de atividades culturais de base comunitária; v) meios que favorecem a transformação, principalmente das classes mais baixas, em "grupos de pressão", que vêm exigir dos Poderes Públicos medidas mais efetivas para a melhoria das condições de vida e para a justiça social.

As condições de vida das populações rurais, cujas características, em linhas gerais, já são demasiado conhecidas, não lhes permitem uma utilização em larga escala desses conhecimentos, que se traduza num reflexo positivo **direto** sobre os seus níveis de vida. Daí a pouca funcionalidade que vem apresentando o ensino primário nas zonas rurais, o que se espelha num desinteresse dos adultos em seguir os cursos regulares ou em neles matricular seus filhos, e no grande índice de absentismo e evasão escolares(2);

- 
- (1) A definição exclui, injustificadamente, o ensino supletivo, destinado a adolescentes e adultos, do conceito de ensino primário.
- (2) Não se quer dizer que tal fator seja o exclusivo, ou, mesmo, o preponderante, na explicação do absentismo e evasão escolares ou do desinteresse pelo ensino.

para citarmos, apenas os fenômenos mais evidentes;

b) a grande concentração populacional nas zonas urbanas, que, por um lado, permite serem as solicitações por ensino primário a apresentadas em termos de exigências de grupos numericamente ponderá - veis, muitas vêzes institucionalizados em sindicatos ou associações de classe, e, por outro, dada a proximidade de demanda em relação aos órgãos públicos que fornecem os serviços educacionais, facilita o at endimento mais imediato desta, com efeitos a curto prazo para diminuir as tensões sociais (3);

c) A existência de maior parcela de capital social básico nas zonas urbanas - transporte e comunicações, energia elétrica, água encanada, serviços públicos em geral, indústrias de material de constru - ção (4) - que enseja o atendimento de maior número de pessoas com um en sino qualitativamente superior e a custos per capita mais reduzidos, bom como a criação de quadros de magistério de nível mais elevado, que se conservam nas cidades, pelas facilidades que a vida urbana lhes oferece.

Tais fatores, que historicamente vêm justificando a concentra - ção do sistema escolar nas zonas urbanas, continuam a atuar no presente. Assim, qualquer programa de extensão dos meios de escolarização, para ser rentável, não só em termos de satisfação de necessidades individuais, como das exigências do desenvolvimento social e econômico (5), deverá dar ênfase ao atendimento das populações das cidades.

---

(3) A médio prazo, a satisfação de tais exigências poderá constituir-se em elemento capaz de agudizar as tensões, vez que os conhecimentos ad quiridos abrirão novas perspectivas às massas populacionais, ampliando - lhes as expectativas, com o que se tornarão mais inconformadas com o sta - tu s quo.

(4) Estendendo o conceito de capital social básico ao setor educacional, poder-se-ia nele incluir a existência de centros de formação e aper - foçoamento de professores, de núcleos de supervisão, de serviços de apóio - estatística, preparação de material didático, pesquisas educacionais, etc. -, elementos que possibilitam o funcionamento mais eficiente do sis - te ma es - colar, e facilitam a execução de quaisquer programas de ampliação do mes - mo.

(5) Requerendo o processo de industrialização mão-de-obra qualificada e semi-qualificada, a ser preparada em escolas industriais e técnicas, cursos de aprendizagem, ou no próprio local de trabalho, o período de for - ma ção daquela será reduzido e o rendimento da aprendizagem, elevado, se se dispuser de alunos com o curso primário completo, e, se possível, com alguma iniciação manual já adquirida em cursos complementares, de caráter vocacional.

Isso não significará uma política discriminatória em relação às mas sas populacionais das zonas rurais, porque:

a) ao lado dos programas de alteração das condições infra-estruturais dessas áreas - irrigação, colonização, eletrificação rural, etc. - deverão prever-se atividades de educação de base, que, aproveitando a motivação dos programas de caráter estritamente econômico, serão mais facilmente aceitas pelas populações locais, e irão, assim, contribuir para a própria execução do plano previsto;

b) em zonas rurais estratégicas (municípios centros de região, com atividades predominantemente agro-pastoris), deverá incrementar-se o ensino agrícola em diversos níveis, que ôste poderá trazer resultados mais imediatos sobre as condições de vida das populações locais.

Um programa geral de ensino primário para tãda a população em idade escolar e para adolescentes e adultos das zonas rurais, dificilmente, nas atuais circunstâncias, poderia ter êxito, porque:

a) grande parte das massas populacionais dessas áreas não está ainda suficientemente motivada para aceitar, como essenciais ao seu sistema de vida, os ensinamentos que os cursos primários regulares lhe transmitem. O alto índice de evasão e absenteísmo escolares, a falta de demanda por novas escolas, a extinção de cursos por falta de alunos, dentre outros fatores, comprovam a afirmação supra (6);

b) a pouca concentração demográfica não permite o aproveitamento, sequer regular, das novas instalações, equipamentos e professores, o que implicará na criação de uma capacidade ociosa, incompatível com a escassez de recursos que caracteriza a atual situação do Nordeste, se se tentar um programa indiscriminado de atendimento a tãda a população escolarizável das áreas rurais;

---

(6) Não é apenas a falta de adequação dos currículos às exigências do meio rural o elemento responsável por essa situação, mas, antes de tudo, a falta de articulação entre os planos educacionais e os programas de reflexo mais imediato para a melhoria das condições materiais de vida dos habitantes das zonas rurais. Uma prova disso está no fato de que instituições especializadas em educação rural, apesar da alta capacitação dos seus técnicos, vêm obtendo resultados insuficientes em relação aos recursos técnicos e financeiros empregados; suas equipes são forçadas a permanecer na mesma área onde efetuaram o trabalho de preparação das comunidades, durante muito tempo, para evitar que, com sua saída, haja um retôrno ao status quo ante, pois o estágio de subdesenvolvimento em que se acham tais comunidades, não lhes permite uma direção, sem auxílio externo, do seu próprio processo.

c) o comprometimento de recursos num plano dessa amplitude, por um lado restringiria a capacidade dos órgãos públicos de investir em setores mais diretamente reprodutivos, e, por outro, aumentaria as "Expectativas" da população, criando um clima de inconformismo que, se bem apresente seus aspectos positivos no sentido de forçar a mudança social, não poderia ser superado no curto prazo exigido pelos postulantes de melhores condições de vida. Os órgãos públicos se veriam forçados à adoção de medidas imediatistas para a elevação dos índices sociais (saúde, habitação, vestuário, educação, diversões, etc.), esgotando as disponibilidades para os programas, a médio e longo prazo, de alteração das condições infra-estruturais;

d) a deficiência do sistema de transportes, dos meios de comunicação, a inexistência de condições mínimas de bem-estar, tudo isso impede nas atuais circunstâncias, a ampliação, em larga escala, da rede escolar nas zonas rurais, pois seria difícil contar com pessoal docente qualificado que se submetesse a tais padrões de vida, bem como se tornaria impossível montar um sistema de supervisão e de orientação que assistisse ao pessoal docente e acompanhasse o andamento das atividades escolares, sem o que, depois de certo tempo, diminuiria sensivelmente a qualidade do ensino, com os consequentes reflexos sobre os índices quantitativos de atendimento e sobre a posterior qualificação profissional dos egressos dos cursos primários.

## 5.2. Desenvolvimento do Projeto

A diversidade de condições sócio-culturais e econômicas, de meios pedagógicos disponíveis ou mobilizáveis, e de concentração demográfica entre as várias zonas urbanas, exige a divisão do projeto básico, inicialmente, em dois subprojetos:

A-1. Capitais e cidades de mais de 50.000 habitantes;

A-2. Zonas urbanas dos demais municípios.

Na fase de execução, a divisão do projeto básico deverá levar em conta circunstâncias de ordem político-administrativa. Assim, haverá um projeto para cada Estado, vez que este será, em grande parte, executor e mantenedor da nova rede escolar, e, numa fase posterior, haverá um por Município.

## 5.3. Estimativa das necessidades de escolarização

### 5.3.1. Para a população de 7 a 14 anos

Conforme se observa no QUADRO V, o deficit de escolarização estimado para 1960 é de 575.000 crianças nas zonas urbanas e suburbanas do Nordeste, correspondente a 39,1% da

Q U A D R O    V

NORDESTE - ATENDIMENTO DO DEFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO NAS ZONAS URBANAS E SUBURBANAS

1 9 6 0

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	População ur- bana e subur- bana de 7 a 14 anos* (a)	Matrícula efe- tiva nas zonas urbanas** (b)	Crianças de 11 a 14 anos em cursos de nível médio*** (c)	Déficit de escolarização		Salas para a- tender ao déficit ( $f = \frac{d}{80}$ )	Professores para atender ao déficit ( $g = 2f$ )
				Absoluto d = a-(b+c)	% sobre a popu- lação de 7 a 14 anos (e)		
Maranhão	87.258	48.985	3.177	35.096	40,22	439	878
Piauí	61.098	42.332	3.294	15.472	25,32	194	388
Ceará	227.164	113.862	8.319	104.983	46,21	1.313	2.626
R.G.do Norte	84.321	54.426	3.374	26.521	31,45	332	664
Paraíba	138.905	64.868	3.257	70.780	50,95	885	1.770
Pernambuco	339.513	183.574	14.250	141.689	41,73	1.772	3.544
Alagoas	81.781	47.967	3.207	30.607	37,42	383	766
Sergipe	54.540	37.822	2.508	14.210	26,05	178	356
Bahia	396.584	246.268	14.800	135.516	34,17	1.694	3.388
NORDESTE	1.471.164	840.104	56.186	574.874	39,08	7.190	14.380

FONTES: IBGE - Censos Demográficos de 1950

IBGE - Anuário Estatístico de 1961

MEC - SEEC - Sinopse Regional do Ensino Fundamental Comum - Dados Retrospectivos - 1940/1957

MEC - SEEC - Sinopse Estatística do Ensino Médio - 1960

\* Estimada à base de tendência verificada no período 1940/1950 e dos dados globais do censo de 1960

\*\* Estimada à base de tendência verificada no período 1950/1959.

\*\*\* Alunos matriculados na 1ª série (1º ciclo) dos cursos médios.

população em idade escolar prevista para aquêlo ano nas mesmas zonas.

Um programa para atender a êsse deficit implicaria na construção de 7.190 salas de aula - considerando-se que cada uma delas teria capacidade para 80 alunos, em dois turnos - e na formação de 14.380 professores (1 professor para 40 alunos).

Para o ano de 1962, é possível estimar, grosso modo, o número de crianças de 7 a 14 anos sem escolas em 640.000, nas zonas urbanas e suburbanas. Se se acrescenta a êsse montante o incremento da população em idade escolar previsto no período 1962/1967, que corresponde a .... 500.000 crianças, das quais pelo menos 40.000 estarão em condições de ingressar nos cursos de nível médio, tem-se o número de pessoas a atender - 1.100.000 - até o término do presente programa. O suprimento de meios de escolarização a essa massa populacional exigirá a construção de 13.750 salas de aula e a preparação de 27.500 professores (7).

5.3.2. Para os adolescentes e adultos analfabetos de 15 a 50 anos.

Admitiu-se o limite de 50 anos para o atendimento dos adultos analfabetos, porque, a partir desta idade, diminui sensivelmente o interêsse pela alfabetização, como demonstram algumas pesquisas realizadas em áreas do Nordeste (v.g. a pesquisa efetuada pela Prefeitura de Natal, em 1961), e, ao mesmo tempo, deixa de ter sentido econômico e interêsse social, salvo contribuir para aumentar as oportunidades de lazer, o esforço que se faça com tal objetivo.

Em 1950, para uma população presente de 15 a 49 anos, nas zonas urbanas e suburbanas, de 2.419.057, havia 975.036 analfabetos, correspondendo a 40,31% do total de pessoas daquele grupo de idades. Estima-se, para 1960, em 3.915.000 a população de 15 a 49 anos nas mesmas zonas, da qual 1.109.000 pessoas seriam analfabetas.

---

(7) A rêde de escolas normais do Nordeste formou, em 1960, 4.566 professores, mas tem capacidade para formar, anualmente, pelo menos 6.000.

Sendo predominantemente mantida por particulares (63,74% das matrículas em 1961 correspondem a escolas normais particulares), é de supor que a perspectiva da criação de uma grande demanda de professores primários sirva de incentivo à instalação de novas escolas normais, sem necessidade de recursos públicos, pelo menos para investimentos. Assim, além dos 6.000 professores que a atual rêde poderá formar por ano - a metade dos quais estaria comprometida para atender às substituições normais por morte, aposentadoria, abandono da profissão, etc. - seria possível contar com a iniciativa privada nos esforços para a formação de novos mestres.

zb.-

Admitindo-se, pois, que, até fins de 1966, seja possível contar com 15.000 professores formados pela atual rede, e mais 500 oriundos de escolas normais que comecem a funcionar em 1963, ficará sob a responsabilidade do programa a preparação de 12.000.

---

O esforço que vem sendo desenvolvido na alfabetização dos adultos por entidades públicas e privadas, particularmente através de cursos supletivos e de escolas radiofônicas, faz prever, para o período 1962 / 1967, se não uma diminuição, em termos absolutos, do número de pessoas que não sabem ler nem escrever, pelo menos uma forte redução na percentagem de analfabetos, independentemente do atual programa. Os recursos que se pretende empregar com o presente plano poderão, assim, destinar-se ao atendimento de 1.000.000 de analfabetos, dando-se prioridade aos de 15 a 30 anos, pois estes terão maiores oportunidades de utilizar os novos conhecimentos adquiridos, para a melhoria das suas condições de vida.

As classes para o ensino de adolescentes e adultos deverão funcionar, à noite, nas escolas primárias existentes ou que vierem a ser construídas, em salas cedidas por sindicatos, sociedades de bairros, centros recreativos, etc., não se devendo prever construção de novas unidades escolares para esse fim. À exceção dos monitores das escolas radiofônicas, que deverão receber treinamento especial, não haverá necessidade de preparação de novos professores, aproveitando-se os que ministram aulas nos cursos diurnos.

Poder-se-á atender a 600.000 analfabetos através de escolas radiofônicas, e a 400.000 nos cursos supletivos regulares. Para o primeiro caso, ter-se-á de formar 20.000 monitores (um monitor para 30 alunos), instalar, pelo menos, 20 pequenas emissoras em cidades do Interior, e adquirir 20.000 receptores transistorizados. Dado o grande número de monitores a treinar, será necessário promover, nas Capitais, cursos intensivos para preparar equipes de alto nível que irão dirigir a formação de pessoal das escolas radiofônicas, trabalhar na elaboração de programas e supervisionar o funcionamento das mesmas.

#### 5.4. Atendimento das necessidades de escolarização

##### 5.4.1. População de 7 a 14 anos

###### 5.4.1.1. Projetos a Executar

O suprimento de meios de escolarização às crianças desse grupo de idades exigirá a construção de salas de aula, a formação de professores e a criação de serviços para a produção de material esco -

lar e didático.

#### 5.4.1.2. Construção de novas salas

O "tamanho" do projeto e o relativamente curto prazo para a sua conclusão, a escassez de recursos e as próprias condições sócio-econômicas da população a ser atendida, obrigam à padronização das construções e ao barateamento das mesmas, observando-se, apenas, os requisitos mínimos para o funcionamento das novas escolas.

Apesar de reconhecer-se a necessidade de ambientes auxiliares para a complementação do ensino e desenvolvimento das atividades pedagógicas - tais como, bibliotecas, museus, auditórios, etc. - e para os serviços de assistência médica e social, os custos adicionais em que implicaria, em investimento e operação, não permitem a generalização de tais serviços a todas as unidades escolares que se venham a construir. Em certos casos, quando for elevado o número de usuários desses ambientes auxiliares e dos serviços assistenciais, deverá prever-se a instalação de um órgão central, com tais finalidades.

Os projetos arquitetônicos devem ter a flexibilidade necessária para se adaptarem a diversas condições de terreno, a diferentes tipos de material de construção, e, mesmo a zonas de distintos índices de população em idade escolar não atendida. Assim, será conveniente projetar grupos escolares de 5 salas e escolas de 2 e 3 salas. Quando a densidade de crianças de 7 a 14 anos não atendidas o justificar, poderão ser construídos grupos com maior número de salas.

Em determinadas cidades, principalmente aquelas de mais de 20.000 habitantes e com elevado índice de industrialização, junto ao "Serviço Central" antes referido, deverão ser instaladas oficinas para a iniciação pré-profissional. A elas serão encaminhados os alunos com um mínimo de dois anos de alfabetização e com mais de doze anos de idade, por solicitação dos pais ou responsáveis, ali recebendo uma "formação manual de base" que os capacita, mais rapidamente, à aprendizagem posterior de um ofício e os incentiva ao ingresso em cursos profissionais.

Além das salas a construir para atender ao déficit"13.750

salas", haverá necessidade de outras para reposição das que se acham em estado precário, não só em decorrência da depreciação, como também, (como também) em virtude do fato de que a maior parte das escolas primárias do Nordeste funcionam em prédios não construídos para fins escolares, carecendo de condições mínimas de espaço e de instalações.

A amplitude do programa de criação de novas unidades de ensino não permite que se dê ênfase à substituição de salas inadequadas. No entanto, poder-se-á prever a construção de 2.250 para esse fim, no período 1962/1967 (8).

#### 5.4.1.3. Formação de novos professores

Para o pleno funcionamento da rede escolar, haverá necessidade de 27.500 professores, que deverão ser formados no período 1962/1966. Conforme se esclareceu anteriormente, 15.500 poderão ser preparados pelo atual sistema de ensino normal, com a prevista criação de novas unidades, pelos particulares, em 1963. Assim, sob a responsabilidade do programa, ter-se-ia o total de 12.000.

O suprimento do corpo docente poderia ser feito pela simples ampliação da rede de escolas normais, se não houvesse a exigência de grande número de professores nos primeiros anos do programa. Como os cursos normais são de três anos, se se construíssem novas unidades em 1963, que passariam a operar em 1964, só em 1966 se formaria a primeira turma de novos professores primários, havendo uma grande carência deles nos anos intermediários. Por esse motivo, pensou-se na instalação de Centros de Formação Acelerada de Professores, que absorveriam concluintes do primeiro ciclo de cursos de nível médio ministrando-lhes uma preparação intensiva para as atividades do magistério, durante seis a oito meses (no período das férias escolares, esses Centros dariam cursos de treinamento para regentes leigos, de três meses de duração).

Quando a rede de escolas normais estiver capacitada a preparar os professores para atender às novas unidades de ensino primário (9), em Centros ir-se-ão progressivamente trans-

---

(8) A partir de 1968, ter-se-á de construir, anualmente, da ordem de ... 1.500 salas para atender ao crescimento vegetativo da população em idade escolar nas zonas urbanas e suburbanas.

(9) Isso deverá suceder a partir de 1968.

formando em escolas normais, que, daí a três anos, serão exigidas em decorrência do crescimento vegetativo da população em idade escolar (10).

Prevê-se a construção de Centros de Treinamento com o ~~seu~~ internato. A conveniência ou não de construir as dependências para dormitório e refeitório será verificada em cada caso, levando-se em conta a população total de cidade, o déficit de escolas normais e a situação geográfica da comunidade em relação àquelas que poderão fornecer candidatos ao curso intensivo de treinamento.

Quando os Centros vierem a transformar-se em escolas normais, as instalações de internato poderão ser aproveitadas para atender aos a lunos destas ou de ginásios e colégios locais, residentes em outras cidades.

O relativamente grande número de Centros a criar exigirá, a curto prazo, pessoal qualificado para dirigí-los. Assim, sugere-se o funcionamento de cursos intensivos, nas Capitais dos Estados do Nordeste, para formar as primeiras equipes.

#### 5.4.1.4. Produção de material escolar e didático

Para o equipamento das escolas, haverá necessidade de um vultoso número de carteiras, ostantos, bem como de ou tros tipos de material escolar, atualmente importados do sul do país. Estando assegurada, com o programa, demanda para êsse tipo de bens, seria conveniente promover a instalação, no Nordeste, de unidades produtoras dos mesmos, com o que se diminuiriam os custos de equipamento das escolas.

A fim de suprir as novas classes de material didático adq uado, particularmente recursos áudio-visuais, deverão ser construídos e equipados Centros Áudio-Visuais nas cidades de Recife, Fortaleza e Natal, e ampliado o Centro Áudio-Visual da Bahia. Tais Centros colaborarão, também, no programa de treinamento de professores e de monitores para as escolas radiofônicas.

#### 5.4.2. Adolescentes e adultos analfabetos de 15 a 50 anos

##### 5.4.2.1. Projetos a executar

Para o atendimento dos adolescentes e adultos anal fabetos, conforme se assinalou anteriormente, não haverá ne

---

(10) No projeto arquitetônico que se acha em elaboração, já se prevê a transformação dos Centros em escolas normais, estando em estudo a possibilidade de transformação daqueles em escolas industriais, quando as con dições locais o exigirem.



5.5. DESPESAS DO PROGRAMA

Atendimento de 1.100.000

Crianças de 7 a 14 anos e de 1.000.000 de adolescentes e adultos  
analfabetos

I INVESTIMENTOS

- A) Construção de 13.750 salas de aula  
a Cr\$ 500.000,00 por sala (a preços de 1962)...Cr\$ 6.875.000.000,00
- B) Formação de 12.000 professores
- a) Construção e equipamento de 50 escolas nor -  
mais, a Cr\$ 7.000.000,00 a unidade, em 1963..Cr\$ 350.000.000,00
  - b) Construção e equipamento de 25 Centros de -  
Treinamento, c/internato, a Cr\$ 40.000.000,00  
a unidade, em 1963.....Cr\$ 1.000.000.000,00
  - c) Construção e equipamento de 26 Centros de -  
Treinamento, sem internato, a Cr\$7.000.000,00  
a unidade, em 1964.....Cr\$ 182.000.000,00
  - d) Funcionamento de 50 escolas normais em 1964.Cr\$ 225.000.000,00
  - e) Funcionamento de 25 centros de treinamento,-  
c/internato, em 1964.....Cr\$ 400.000.000,00
  - f) Construção e equipamento de 52 centros de -  
treinamento, sem internato, em 1965.....Cr\$ 364.000.000,00
  - g) Funcionamento de 50 escolas normais em 1965.Cr\$ 225.000.000,00
  - h) Funcionamento de 25 centros de treinamento ,  
com internato, em 1965.....Cr\$ 400.000.000,00
  - i) Funcionamento de 26 centros de treinamento ,  
sem internato, em 1965.....Cr\$ 117.000.000,00
  - j) Funcionamento de 50 escolas normais, em 1966.Cr\$ 225.000.000,00
  - l) Funcionamento de Centros de Treinamento, c/in  
ternato, em 1966.....Cr\$ 400.000.000,00
  - m) Funcionamento de 78 centros de treinamento ,  
sem internato, em 1966.....Cr\$ 351.000.000,00
- C) Formação de 100 professores que constituirão a  
primeira equipe dos Centros de Treinamento (a -  
Cr\$ 300.000,00 por professor).....Cr\$ 30.000.000,00
- D) Instalação de 20 emissoras em cidades do Inte -  
rior.....Cr\$ 200.000.000,00
- E) Aquisição de 20.000 receptores transistoriza -  
dos.....Cr\$ 200.000.000,00
- F) Formação de 20.000 monitores (a Cr\$ 50.000,00 )  
por monitor.....Cr\$ 1.000.000.000,00

G)	(Construção, equipamento e instalações dos Centros... Cr\$	150.000.000,00
	Audio-Visuais de Recife, Fortaleza e Natal	
H)	Ampliação do Centro Audio-Visual da Bahia..... Cr\$	30.000.000,00
I)	Construção e instalação de 200 oficinas para os cur- sos pré-profissionais..... Cr\$	1.000.000.000,00
J)	Construção de 2.250 salas para substituição..... Cr\$	1.125.000.000,00
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS..... Cr\$	<u>14.849.000.000,00</u>

II CUSTOS OPERACIONAIS DA REDE ESCOLAR PRIMÁRIA

A)	Funcionamento de 4.500 classes em 1963 (nas salas construídas em 1962)..... Cr\$	873.000.000,00
B)	Funcionamento de 9.000 classes em 1964 (nas salas construídas em 1962 e 1963)..... Cr\$	1.746.000.000,00
C)	Funcionamento de 50 oficinas em 1964..... Cr\$	60.000.000,00
D)	Funcionamento de 16.500 classes em 1965 (nas salas construídas em 1962, 1963 e 1964)..... Cr\$	3.201.000.000,00
E)	Funcionamento de 100 oficinas em 1965..... Cr\$	120.000.000,00
F)	Funcionamento de 25.500 classes em 1966 (nas sa - las construídas em 1962, 1963, 1964 e 1965)..... Cr\$	4.947.000.000,00
G)	Funcionamento de 150 oficinas em 1966..... Cr\$	180.000.000,00
H)	Funcionamento de 41.250 classes em 1967 (nas sa - las construídas em 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966) Cr\$	8.002.500.000,00
I)	Funcionamento de 200 oficinas em 1967..... Cr\$	240.000.000,00
	TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.... Cr\$	<u>19.369.500.000,00</u>

QUADRO VI

NORDESTE - ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM -  
SALAS E PROFESSÔRES NECESSÁRIOS NO PERÍODO 1962 / 1967

A N O S	Salas a Construir	Professôres necessários		
		T o t a l	Formados pela rêde atual	Formados pelo programa
1 9 6 2	1.500	-	-	-
1 9 6 3	1.500	3.000	3.000	-
1 9 6 4	2.500	3.000	3.000	-
1 9 6 5	3.000	5.000	3.000	2.000
1 9 6 6	5.250	6.000	3.000	3.000
1 9 6 7	-	10.500	3.500	7.000
T O T A L	13.750	27.500	15.500	12.000

QUADRO VII

NORDESTE - ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM - ESCOLAR NOR-  
MAIS E CENTROS DE FORMAÇÃO DE PROFESSÔRES-1963/1966

DISCRIMINAÇÃO	A N O S											
	1 9 6 3			1 9 6 4			1 9 6 5			1 9 6 6		
	Cons- trução	Funcio- namento	Profes- sôres formados									
Centros de trei- namento (com internato)	25	-	-	-	25	2.000	-	25	2.000	-	25	2.000
Centros de trei- namento (sem internato)	-	-	-	26	-	-	52	26	1.000	-	78	3.000
Escolas Nor- mais	50	-	-	-	50	-	-	50	-	-	50	2.000

Observações: 1) O Centro de Treinamento, com internato, terá capacidade anual de formação de 80 professôres.  
2) O Centro de Treinamento, sem internato, terá capacidade anual de formação de 40 professôres.  
3) A Escola Normal terá a capacidade anual de formação de 40 professôres, após um período de ca-  
rência de 2 anos para diplomar a primeira turma.

Q U A D R O VIII

DESPESAS COM O PROGRAMA - 1962/1967

( R\$ 1.000.000,00 - a preços de 1962)

P R O J E - T O S	T O T A L		A N O S											
			1 9 6 2		1 9 6 3		1 9 6 4		1 9 6 5		1 9 6 6		1 9 6 7	
	Cus- teio	Inves- timento												
Atendimento de 1.100.000 pes- soas de 7 a 14 anos e de 1.000.000 de adolescentes e adultos.	19.369,5	14.849	-	750	873	3.030	1.806	2.987	3.321	3.431	5.127	4.426	8.242,5	225

#### 5.6. Administração do projeto

A administração do projeto, no que concerne aos investimentos, ficará a cargo do Ministério de Educação e Cultura e da SUDENE; a manutenção da rede escolar será da competência dos Estados e, numa segunda etapa, dos Municípios (11).

Os programas de reformas de currículos escolares, de preparação de professores, de produção de material escolar e didático, serão orientados e executados pelo MEC e pelos Estados, podendo ser solicitada a colaboração de outras entidades públicas e privadas.

Antes da execução dos investimentos, deverá ser preparado um projeto para cada Estado, à base de informações por êles fornecidas.

A SUDENE e o MEC acompanharão e supervisionarão o projeto, avaliarão os resultados, modificando a orientação do mesmo se o rendimento, nos primeiros anos, não for julgado satisfatório.

#### 5.7. Prioridades

No ANEXO I, apresenta-se a relação dos Municípios do Nordeste, classificados segundo a população urbana e suburbana. Admitiu-se que, na execução do projeto, devem ser atendidos, na primeira fase, os Municípios cuja população urbana seja superior a 5.000 habitantes; na segunda, aqueles cuja população se situe entre 1.000 e 5.000 habitantes. Isso em virtude das razões de ordem social e econômica já apresentadas anteriormente.

#### 5.8. Financiamento do Projeto

Conforme se observa no QUADRO IX, o projeto implicará em despesas, no período 1962/1967, de Cr\$ 34.218,5 milhões, correspondentes a Cr\$ 14.849,0 milhões de investimento e Cr\$ 19.369,5 milhões de custo.

Os recursos para investimento serão fornecidos pelo Ministério da Educação, SUDENE e Programas Internacionais de Assistência Técnica.

---

(11) Os Municípios das Capitais poderão também encarregar-se da manutenção da rede escolar e dos programas de natureza pedagógica, desde que possuam órgãos específicos de atuação no setor de ensino primário.

Os Estados que possuam órgãos específicos de construções escolares poderão ser encarregadas da execução de alguns projetos, sob supervisão do MEC e da SUDENE.

ca, prevendo-se uma participação anual crescente do MEC, decrescente dos Programas Internacionais de Assistência Técnica, e mais ou menos uniforme da SUDENE.

Sendo o MEC o órgão, por excelência, provedor de recursos para construções escolares e formação e aperfeiçoamento de professôres, coube-lhe a maior parcela de contribuição no total dos investimentos.

O custeio do projeto estará a cargo dos Estados e Municípios, tendo os primeiros maior participação na manutenção da rêde dado o reduzido volume dos recursos municipais, que não permite a êsses um esforço adicional muito grande. Prevê-se, todavia, uma contribuição crescente dos Municípios nos custos operacionais, até que, no futuro, sejam êles os maiores responsáveis pela manutenção do sistema de ensino primário.

-----

zb.-

QUADRO IX

FONTES E USOS DOS RECURSOS - 1962/1967

(Em R\$ 1.000.000,00-a preços de 62)

FONTES	T O T A L E		A N O S											
	U S O S		1 9 6 2		1 9 6 3		1 9 6 4		1 9 6 5		1 9 6 6		1 9 6 7	
	U s o s		U s o s		U s o s		U s o s		U s o s		U s o s		U s o s	
	Cus- teio	Investi- mento												
1. Gov. Fed.														
1.1. MEC	-	6.475,0	-	750,0	-	1.000,0	-	1.000,0	-	1.500,0	-	2.000,0	-	225,0
1.2. SUDENE	-	2.500,0	-	-	-	500,0	-	500,0	-	500,0	-	1.000,0	-	-
2. Gov. Estad.	12.473,0	-	-	-	873,0	-	1.300,0	-	2.300,0	-	3.000,0	-	5.000,0	-
3. Gov. Munic.	6.896,5	-	-	-	-	-	506,0	-	1.021,0	-	2.127,0	-	3.242,5	-
4. Prog. Intern. Ass. Tec.	-	5.874,0	-	-	-	1.530,0	-	1.487,0	-	1.431,0	-	1.426,0	-	-
TOTAL	19.369,5	14.849,0	-	750,0	873,0	3.030,0	1.806,0	2.987,0	3.321,0	3.431,0	5.127,0	4.426,0	8.242,5	225,0

A N E X O I

Municípios prioritários  
para o atendimento **do**  
deficit de escolarização.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

M A R A N H ã O

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNI CÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos a 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
São Luís	139.075							308,16
Bacabal				15.531				32,02
Caxias				19.092				11,96
Codó				11.468				14,32
Pedreiras				13.934				31,43
Barra do Corda					5.034			3,13
Carolina					9.882			2,74
Corcatá					8.342			20,32
Imperatriz					9.004			2,55
Penalva					5.339			23,40
Pindaré-Mirim					8.952			5,93
Pinheiro					6.634			11,39
Ribamar					7.616			54,57
Rosário					6.999			16,34
São Bento					7.094			43,69
Timon					7.547			15,59
Tutóia					5.436			9,67
Viana					5.385			43,24
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Alcântara						1.830		13,47
Alto Parnaíba						1.411		0,72
Amarante do Ma ranhão						1.662		1,29
Anajatuba						2.005		16,43
Araioses						2.173		17,79
Arari						4.429		13,00
Balsas						4.690		1,36

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Barão de Cra- jaú						1.946	3,60	
Barreirinhas						2.184	8,62	
Brejo						3.371	9,16	
Buriti						1.951	16,47	
Buriti Bravo						2.459	6,49	
Cajapió						2.181	7,60	
Cajari						1.431	17,05	
Cândido Mendes						3.601	1,88	
Cantanhede						1.707	8,16	
Carutapera						4.538	0,99	
Chapadinha						3.698	9,71	
Coelho Neto						1.065	48,18	
Colinas						2.972	9,56	
Cururupu						4.822	14,77	
D. Pedro						2.822	93,00	
Duque Bacelar						1.393	42,88	
Esperantinó - polis						1.215	30,21	
Gonçalves Dias						2.499	41,96	
Grajaú						3.379	1,33	
Guimarães						3.013	12,33	
Humberto de Campos						1.510	9,64	
Icatu						1.967	10,08	
Ipixuna						2.256	34,72	
Itapecuru Mi- rim						3.385	27,92	
Lago da Pedra						1.723	2,12	
Magalhães de Almeida						2.577	13,88	
Matinha						1.971	50,59	
Mirador						1.386	2,28	
Monção						1.132	2,83	
Morros						1.887	6,91	

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	DEMOGRÁFI- CA DO MUNICÍPIO
Paraibana						1.818		20,85
Parnarama						1.876		5,94
Passagem Franca						1.703		6,71
Pastos Bons						1.606		6,49
Peri-Mirim						1.883		34,46
Pio XII						2.118		-
Pirapemas						2.689		12,16
Pôrto Franco						1.750		2,71
Presidente Du- tra						3.349		22,81
Primeira Cruz						3.751		5,11
Riachão						2.237		2,59
Santa Helena						1.025		3,39
Santa Quitéria do Maranhão						1.306		5,91
São Benedito do Rio Preto						1.341		7,43
São Bernardo						1.154		6,82
São Domingos do Maranhão						3.966		11,98
São João Batis- ta						1.974		23,18
São João dos Patos						2.590		7,65
São Raimundo das Mangabeiras						1.736		2,32
São Vicente Fer- rer						1.095		14,57
Timbiras						1.462		12,29
Tuntum						4.215		6,71
Turiação						1.826		2,09
Urbano Santos						1.100		10,59
Vargem Grande						2.843		12,32
Vitória do Mea- rim						1.782		11,45

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Vitorino Freire						4.823		50,71
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Axixá							844	23,84
Benedito Leite							345	2,78
Bequimão							958	16,36
Loreto							980	2,89
Matões							903	9,62
Montes Altos							682	2,62
Nova Iorque							797	3,72
Sambaíba							533	1,67
São Francisco do Maranhão							844	4,75

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

PIAUI DO DEFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍ- PIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	De menos de 1.000 hab	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Teresina	100.006							48,66
Parnaíba			39.951					65,33
Campo Maior				13.939				16,10
Floriano				16.063				6,46
Oeiras					6.098			7,50
Picos					8.176			13,80
Piripiri					9.635			17,27
Altos					5.056			11,19
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Bom Jesus						1.431		1,14
Jerumêna						1.473		1,78
Uruçuí						2.253		1,23
Corrente						2.214		2,20
Monte Alegre do Piauí						2.575		2,99
Buriti dos Lopes						1.812		12,95
Luis Correia						1.523		9,44
Canto do Bu- riti						1.636		1,57
Caracol						1.381		1,59
Fronteiras						1.320		10,06
Jaicós						1.308		6,00
Paulistana						1.105		2,61
S. João do Piauí						2.688		2,27
S. Raimundo Nonato						3.751		2,93

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNI- CÍPIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	DE menos de 1.000 hab	
Simplicio Men- des Castelo do Piaui						1.682		4,17
Cocal						1.185		3,78
Estevão Veloso						1.846		9,38
Inhuma						2.284		6,56
Pedro II						1.323		7,56
Piracuruca						3.160		6,68
Valença do Piaui						4.320		4,82
Barras						3.046		6,22
Batáha						3.388		10,82
Capitão de Campos						1.559		9,48
Esperantina						1.565		12,44
Luzilândia						3.727		15,74
Miguel Alves						3.434		15,70
Pôrto						1.537		15,69
Água Branca						1.234		10,77
Amarante						2.902		20,21
Angical do Piaui						3.199		6,10
José de Freitas						1.149		19,18
Regeneração						3.341		10,43
S. Pedro do Piaui						1.672		5,93
União						2.139		19,66
<u>3ª PRIORIDADE</u>						4.296		22,23
Bertolina							714	1,14
Cristino Castro							782	2,50
Eliseu Martins							459	2,35
Guadalupe							596	2,36

- PIAUI - ( continuação )

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFI CA DO MU- NICÍPIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	De menos de 1.000 hab	
Landri Sales							849	2,95
Ribeiro Gon- çalves							808	0,64
Santa Filome- na							652	0,95
Curimatá							397	1,50
Gilbués							588	1,28
Paranaguá							508	0,99
Conceição do Canindé							426	2,36
Itainópolis							694	6,74
Mons. Ipólito							661	4,63
Pio IX							987	4,35
Sta. Cruz do Piauí							794	10,32
S. Francisco do Piauí							495	4,12
S. José do Peixe							636	2,65
Simões							720	7,99
Pimenteira							698	1,38
S. Félix do Piauí							456	6,13
S. Miguel do Tapuio							776	2,30
Alto Longá							784	6,35
Matias Olimpio							967	15,14
Beneditinos							828	5,67
Itaucira							692	2,45
Nazaré do Piauí							883	4,53
Palmeirás							799	6,65

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

- CEARÁ -

DO DEFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI CA DO MU NICÍPIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	De menos a 1.000 hab	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								1.532,20
Fortaleza	470.778							312,76
Juazeiro do Norte		54.170						57,96
Crato			29.308					28,82
Sobral			37.706					22,56
Aracati				13.424				19,26
Camocim				14.366				14,98
Cratêus				16.811				30,19
Iguatu				18.634				25,50
Itapipoca				11.939				61,28
Maranguape				17.598				16,87
Quixadá				11.887				22,91
Acarau					6.126			47,43
Barbalha					7.038			78,57
Baturité					7.198			8,43
Campos Sales					6.095			13,00
Canindé					6.713			35,16
Cascavel					7.609			32,92
Caucaia					6.544			27,15
Cedro					7.016			9,77
Granja					7.156			17,71
Icó					7.652			53,14
Ipu					8.903			22,08
Itapagé					6.097			11,29
Jaguaribe					5.211			
Lavras da Mangabeira					7.015			27,39
Limoeiro do Norte					5.861			33,09

-- CEARÁ -- (continuação)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNI- CÍPIO
	Mais de 100.000 Hab	De 50.001 a 100.000 Hab	De 20.001 a 50.000 Hab	De 10.001 a 20.000 Hab	De 5.001 a 10.000 Hab	De 1.001 a 5.000 Hab	De menos a 1.000 Hab	
Massapê					5.882			51,22
Missão Velha					7.434			53,29
Nova Russas					6.037			17,15
Orós					5.435			19,98
Pacatuba					6.951			44,15
Pentecoste					5.639			19,09
Quixeramobim					8.757			10,93
Redenção					7.241			61,59
Russas					8.209			17,54
S. Benedito					6.642			62,52
Senador Pom- peu					8.632			20,24
Tauá					5.957			7,85
Tianguá					5.514			25,63
Uruburetama					7.103			31,19
Várzea Alegre					5.370			37,92
<b>2ª PRIORIDADE</b>								
Acopiara						4.469		15,84
Aiuaba						1.047		3,69
Alto Santo						1.625		8,82
Apuiarés						1.057		20,18
Aquiaraz						3.442		48,70
Aracoiaba						4.934		17,96
Arari						1.769		12,84
Acaré						3.286		14,94
Aurora						4.506		22,14
Baixio						1.076		27,61
Barro						1.951		23,27
Batoque						1.629		12,96
Beberibe						2.697		15,94
Bela Cruz						2.682		16,32
Boa Viagem						2.778		9,74
Brejo Santo						4.149		29,86

- CEARÁ - (continuação)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI CA DO MU NICÍPIO
	Mais de 100.000	De 50.001 a 100.000	De 20.001 a 50.000	De 10.001 a 20.000	De 5.001 a 10.000	De 1.001 a 5.000	De menos de 1.000	
	hab	hab	hab	hab	hab	hab	hab	
Morada Nova						3.808		11,85
Moraújo						1.173		10,44
Morrinhos						1.762		17,49
Mucambo						2.690		33,17
Mulungu						1.210		36,42
Nova Olinda						1.838		46,84
Pacujé						4.136		39,67
Pacoti						1.567		94,57
Palmacia						3.475		105,35
Paracuru						3.782		38,39
Parambu						1.747		11,62
Pedra Branca						2.896		20,17
Pereiro						2.695		19,18
Poranga						1.978		18,37
Porteiras						1.247		47,67
Potengi						1.174		11,25
Quixeré						1.285		14,41
Reriutuba						4.833		35,46
Saboeiro						1.789		8,91
Santana do Acará						4.281		18,57
Santana do Cariri						3.487		15,61
Santa Quitéria						3.702		6,37
S. Gonçalo do Amarante						3.446		26,18
S. João do Jaguaribe						1.049		15,68
Piquet Car- neiro						2.461		22,79
S. Luís do Curu						3.257		56,11

- CEARÁ - (continuação)

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFI- CA DO MUNI- CÍPIO
	Mais de	De	De	De	De	De	De	
	100.000	50.001 a	20.001 a	10.001 a	5.001 a	1.001 a	menos de	
hab	100.000 hab	50.000 hab	20.000 hab	10.000 hab	5.000 hab	1.000 hab		
Capistrano						1.933	49,46	
Caridade						1.125	12,38	
Cariré						1.814	25,71	
Cariaçu						2.564	46,83	
Cariús						2.641	15,51	
Carnaubal						1.782	19,23	
Chaval						2.472	16,66	
Coreaú						2.796	15,75	
Farias Brito						3.242	28,50	
Frecheirinha						1.500	32,16	
Guaraciaba do Norte						3.278	30,10	
Ibiapina						1.768	40,47	
Independên- cia						4.097	6,37	
Ipaumirim						2.493	36,35	
Ipueiras						4.995	20,06	
Iracema						1.737	16,12	
Irauçuba						1.193	7,22	
Itaiçaba						2.434	17,28	
Itapiuma						2.552	22,91	
Jaguaretama						1.002	7,66	
Jaguaruara						3.915	18,39	
Jardim						3.221	28,67	
Jati						1.004	14,48	
Jucás						2.557	19,82	
Marco						4.612	27,67	
Martinópolis						2.074	12,80	
Mauriti						4.532	20,18	
Meruoca						1.072	38,37	
Milagres						3.567	22,84	
Mombaça						3.905	13,42	
Monsenhor Tabosa						1.666	12,26	

- CEARÁ - ( continuação )

MUNICIPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFI CA DO MU- NICIPIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	De menos de 1.000 hab	
Senador Sá						1.621		8,61
Solonópole						2.460		10,37
Taboleiro do Norte						2.913		13,37
Tamboril						2.387		9,69
Trairi						2.338		30,50
Ubajara						4.003		45,57
Uruoca						1.772		17,62
Viçosa do Ceará						4.182		20,85
<u>3ªPRIORIDADE</u>								
Abaiara							411	27,67
Alcântaras							843	70,82
Altaneira :							731	14,02
Antonina do Norte							810	9,84
Aratuba							689	59,96
Arneiroz							447	4,37
Catarina							846	11,20
Cococi							165	4,92
General Sam- paio							757	31,01
Granjeiro							732	24,94
Groaíras							927	26,70
Guaramiran- ga							911	70,54
Itatira							509	19,91
Jaguaribara							809	9,53
Novo Oriente							732	11,72
Pacujá							803	29,53
Palhano							484	8,42

- CEARÁ - (continuação)

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFI CA DO MU- NICÍPIO
	Mais de 100.000 hab	De 50.001 a 100.000 hab	De 20.001 a 50.000 hab	De 10.001 a 20.000 hab	De 5.001 a 10.000 hab	De 1.001 a 5.000 hab	De menos a 1.000 hab	
Paramoti							836	12,10
Penaforte							669	21,18
Umari							994	27,25

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁ- FICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Carnaubas dos Dantas						1.453		17,03
Cêrro Corá						1.152		16,09
Coronel Ezequi el						1.141		40,78
Cruzeta						1.991		21,52
Florânia						1.346		14,02
Goianinha						3.232		26,76
Grossos						2.573		17,73
Januário Cicco						1.504		26,32
Jardim de Pi- ranhas						1.265		16,07
Jardim do Serí dó						3.344		14,93
João Câmara						4.325		11,39
José da Penha						1.053		31,93
Jucurutu						1.925		11,42
Lages						3.376		8,01
Luis Gomes						1.480		33,91
Marcelino Viei ra						1.294		24,76
Martins						4.527		30,44
Monte Alegre						1.647		50,31
Nísia Floresta						1.263		28,21
Parelhas						4.569		15,62
Patu						2.367		26,35
Pedro Avelino						1.399		8,78
Pedro Velho						3.594		75,24
Pendências						3.198		15,96
Pôrto Alegre						1.970		17,50
Santana do Ma- tos						2.909		9,10
Santo Antônio						2.978		52,19
S. Bento do Norte						4.810		9,86

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

R. G. DO NORTE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Natal	155.860							913,13
Mossoró			41.476					13,33
Caicó				16.233				19,18
Macau				11.876				16,57
Açú					9.371			10,32
Areia Branca					8.904			23,12
Ceará-Mirim					8.290			42,37
Currais Novos					8.522			21,89
Macaíba					7.472			47,43
Nova Cruz					6.780			55,64
Parnamirim					5.644			101,34
Pau dos Ferros					5.370			21,77
Santa Cruz					5.286			26,60
S. José de Mi- pibú					6.186			38,11
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Acarí						2.878		15,56
Afonso Bezerra						2.057		12,70
Alexandria						3.351		27,19
Almino Afonso						2.141		30,23
Angicos						2.341		8,90
Apodí						2.512		10,21
Arés						2.246		67,36
Augusto Severo						1.888		10,47
Baia Formosa						1.580		11,90
Campo Redondo						1.947		37,62
Canguaretama						4.981		49,05
Caraubas						3.936		11,57

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
S. Gonçalo do Amarante						1.327		61,94
S. João do Sabugi						1.306		11,42
S. José do Campes tre						3.288		23,66
São Miguel						2.935		42,69
S. Paulo do Potengi						2.197		23,52
São Rafael						2.006		16,03
São Tomé						2.406		12,99
Serra Caiada						1.151		61,03
Serra Negra do Norte						1.401		10,96
Taipu						2.243		23,47
Tangará						1.441		13,58
Touros						2.408		11,09
Umarizal						1.121		25,85
Várzea						3.098		...
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Barcelona							845	25,68
Barreto							530	14,35
Caiada							578	21,90
Ipanguaçu							759	17,64
Itaú							841	23,34
Japi							414	11,07
Lages Pintadas							539	30,12
Maxaranguape							882	19,72
Ouro Branco							980	20,69
S. Bento do Trairi							349	14,84
São Fernando							345	9,58
São Vicente							831	15,20
Serra de S. Bento							600	50,95
Sítio Novo							666	18,94
Upanema							889	5,75

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL  
ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO  
DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO  
P A R Á B A

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁ - FICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
João Pessoa	137.788							343,18
Campina Grande	126.274							115,96
Patos			28.922					23,73
Santa Rita			22.285					60,05
Alagoa Grande				12.115				107,50
Baieux				16.737				825,62
Cabedêlo				10.738				383,55
Cajazeiras				17.055				48,70
Esperança				10.042				111,19
Guarabira				17.962				173,64
Ingá				10.966				60,47
Itabaiana				15.131				73,25
Itaporanga				11.551				26,65
Mamanguape				14.365				46,09
Rio Tinto				16.811				51,78
Sapé				10.602				100,09
Sousa				13.832				31,65
Alagoa Nova					5.018			123,95
Areia					5.934			227,09
Catolé do Rocha					6.558			31,87
Mari					8.242			67,84
Monteiro					6.405			14,67
Piancó					8.994			18,09
Pilar					7.281			49,66
Pombal					9.012			26,04
Solânea					5.707			62,94
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Alagoinha						2.834		126,05
Alhandra						2.396		56,57

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Antenor Navar- ro						4.664		28,93
Araçaji						1.822		93,34
Araruna						2.930		78,73
Aroeiras						2.107		24,35
Bananeiras						3.376		92,37
Barra de Santa Rosa						2.094		15,53
Belém						3.738		89,63
Bonito de San- ta Fé						2.331		23,17
Borborema						1.554		105,72
Brejo do Cruz						2.983		14,38
Cabaceiras						1.026		5,32
Caciaba de Den- tro						1.473		59,69
Caiçara						3.051		67,27
Cornoio						3.433		15,59
Catingueira						1.096		11,99
Conceição						2.988		14,77
Curemas						4.523		28,82
Cruz do Espíri- to Santo						1.889		61,66
Cuité						4.164		13,33
Dona Inês						1.158		138,26
Gurinhém						1.763		61,49
Ibiará						1.047		33,95
Juarez Távora						1.630		42,28
Juazeirinho						2.441		14,73
Malta						1.790		17,37
Mulungu						3.458		55,46
Nova Floresta						1.825		42,78
Pedras de Fogo						4.443		38,65
Picuí						3.455		12,86
Pilões						1.088		133,29

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁ - FICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Pirpirituba						4.980		162,03
Pocinhos						3.616		27,76
Prata						1.347		17,21
Princesa Isabel						4.762		20,48
Remígio						2.067		24,84
Santa Luzía						4.737		17,41
São Bento						1.387		26,52
São João do Ca rirí						2.084		7,71
S. José da La- goa Tapada						1.054		201,82
S. José de Pi- ranhas						2.773		23,73
São Mamede						2.137		21,51
Serra Branca						2.348		10,56
Serra da Raiz						2.770		93,56
Serra Redonda						1.610		133,85
Serraria						3.581		72,87
Soledade						1.917		11,49
Sumé						3.281		13,62
Tacima						2.022		33,92
Taperoá						4.031		19,03
Tavares						2.716		17,94
Teixeiras						3.792		37,53
Uiraúna						3.907		33,81
Umbuzeiro						2.286		49,44
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Água Branca							830	9,48
Congo							667	11,47
Cubati							970	26,42
Destêrro							826	31,42
Jericó							973	20,78
Pedra Lavrada							929	11,45
S. Sebastião do Umbuzeiro							814	7,27

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL  
ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

PERNAMBUCO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Recife	788.569							3.814,52
Olinda	100.545							3.791,48
Caruaru		65.031						91,82
Jaboatão		84.689						449,83
Garanhuns			40.096					98,86
Goiana			31.778					94,60
Paulista			36.435					250,71
Limoeiro			25.190					105,17
Pesqueira			22.904					46,37
S. Lourenço da Mata			22.710					154,87
Timbaúba			21.677					143,38
Vitória de San to Antão			29.029					155,58
Arco Verde				18.008				78,20
Barreiros				13.379				114,26
Belo Jardim				12.740				48,58
Bezerros				13.694				94,89
Bom Conselho				11.775				38,66
Cabo				15.930				115,04
Carpina				19.819				261,62
Catende				12.893				21,73
Escada				14.766				113,71
Gravatá				18.400				89,80
Igarassu				18.428				78,69
Moreno				15.198				157,19
Nazaré da Mata				11.440				104,03

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.00 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos a 1.000 hab.	
Palmares				17.849				126,66
Petrolina				15.643				4,53
Ribeirão				12.033				110,75
Serra Talhada				13.632				14,14
També				10.071				91,38
Afogados da Ingazeira					7.325			17,44
Água Preta					6.026			57,55
Aliança					6.039			109,07
Amaraji					6.481			64,56
Araripina					5.398			16,11
Bom Jardim					5.302			27,20
Bonito					9.488			67,67
Canhotinho					6.046			87,80
Correntes					7.769			81,79
Gameleira					5.278			45,82
Glória do Goi- tá					8.503			119,40
Ipojuca					7.546			68,33
Ouricuri					6.868			7,68
Pau d'Alho					8.665			111,60
Quipapá					5.519			60,81
Rio Formoso					8.112			62,00
Salgueiro					9.891			12,62
Santa Cruz do Capibaribe					5.162			17,65
São Bento do Una					9.693			47,90
São Caetano					8.229			63,63
Sertânia					9.692			10,42
Surubim					7.803			88,35
Tabira					6.261			27,79
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Agrestina						3.066		69,65
Águas Belas						4.613		20,66

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Alagoinha						2.470		50,28
Altinho						4.493		69,00
Angelim						3.539		70,83
Belém de São Francisco						3.430		6,87
Bodocó						3.028		8,80
Brejo da Madre de Deus						4.821		23,44
Buíque						4.604		20,30
Cabrobó						3.709		8,51
Camocim de São Félix						3.143		29,79
Carnaíba						2.058		29,33
Cortês						2.213		56,03
Cupira						3.570		78,15
Custódia						3.417		10,47
Exu						3.587		19,04
Flôres						3.915		19,02
Floresta						3.721		4,30
Inajá						2.956		6,60
Itapetim						1.357		64,61
João Alfredo						3.612		130,33
Joaquim Nabuco						2.903		109,68
Jurema						1.902		126,55
Lagoa dos Gatos						3.669		150,99
Lagedo						3.302		158,71
Macaparama						2.382		109,29
Maraiá						4.632		51,15
Crobó						2.061		171,79
Palmeirinha						2.099		35,08
Panelas						2.503		80,01
Parnamirim						2.663		4,62
Pedra						4.991		16,20
Petrolândia						3.094		6,19
Poção						1.889		27,71

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos a 1.000 hab.	
Riacho das Almas						1.388		60,49
Sanharó						2.380		79,01
Santa Maria da Boa Vista						1.637		2,50
S. Joaquim do Monte						3.882		96,04
S. José do Belmonte						3.706		10,64
S. José do Egito						3.973		23,18
S. Vicente Ferrer						2.098		28,42
Serrita						1.356		9,50
Serinhaém						4.024		52,74
Tacaratu						3.934		9,92
Taquaritinga do Norte						2.266		63,43
Toritama						3.578		44,58
Triunfo						4.650		58,45
Vertentes						4.016		98,51
Vicência						2.872		101,65

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL  
ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

A L A G O A S

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Maceió	161.863							304,90
Arapiraca			21.952					96,72
Palmeiras dos Índios				17.353				67,33
Penedo				17.084				40,54
Rio Largo				16.749				126,35
Santana do Ipanema				10.203				47,81
União dos Palmares				11.386				96,19
Anádia					5.118			52,40
Delmiro Gouveia					6.147			18,52
Marechal Deodoro					5.269			32,44
Pão de Açúcar					5.250			20,71
Pilar					7.201			60,47
S. José da Lagé					5.822			94,80
S. Miguel dos Campos					7.475			31,64
Muriçi					7.113			64,36
Viçosa					8.204			92,68
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Água Branca						1.407		29,52
Atalaia						3.397		66,48
Barra de Santo Antônio						1.949		37,91
Batalha						2.173		17,05

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Bôca da Mata						1.285		61,03
Cacimbinhas						1.334		24,81
Cajueiro						1.636		79,55
Campo Alegre						1.637		25,78
Capela						4.021		71,25
Colônia Leopoldina						3.295		38,60
Coruripe						4.091		17,93
Dois Riachos						1.218		20,47
Feira Grande						1.480		88,06
Flexeiras						2.905		22,64
Ibateguara						1.803		52,83
Igaci						2.198		38,31
Igreja Nova						3.184		43,55
Jacuípe						2.015		46,69
Junqueiro						1.409		37,96
Limoeiro de Anádia						2.736		47,92
Major Isidoro						2.436		35,89
Maragoji						2.396		44,09
Mata Grande						2.456		19,23
Matriz de Camarajibe						4.556		37,97
Monteirópolis						1.011		51,66
Olho d'Água das Flores						2.341		90,70
Passo de Camarajibe						3.338		31,58
Paulo Jacinto						3.464		69,13
Piaçabuçu						4.864		27,94
Pindoba						1.155		125,05
Piranhas						2.635		13,33
Pôrto Calvo						3.876		48,74
Pôrto de Pedras						2.398		41,45

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Pôrto Real do Colégio						3.656		42,42
Quebrangulo						4.227		57,08
Santana do Mundau						1.601		72,39
São Brás						2.009		28,10
S. Luís do Quintunde						3.359		63,37
S. Miguel dos Milagres						1.088		92,88
Satuba						4.601		82,13
Traipu						2.393		26,15
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Belo Monte							722	10,66
Campo Grande							935	25,84
Feliz Deserto							759	-
Girau do Ponciano							814	22,34
Jacaré dos Homens							848	21,97
Japaratinga							634	30,40
Jundiá							800	53,53
Maravilha							714	11,15
Oliveira							746	44,22
Pôrto das Trincheiras							570	19,26
S. José da Tapera							895	27,24
S. Sebastião							569	28,08

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

SERGIPE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Aracaju	112.516							657,46
Propriá				15.947				129,48
Estância				16.106				38,43
Itabaiana				11.000				99,50
Capela					6.681			42,59
Cedro de São João					5.306			45,14
Lagarto					7.092			44,49
Maruim					5.170			92,93
Neópolis					7.356			56,65
São Cristóvão					7.624			43,26
Simão Dias					5.334			56,42
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Aquidabã						3.554		43,05
Araúá						1.755		34,58
Barra dos Co- queiros						2.551		53,22
Brejo Grande						2.014		55,00
Buquim						4.006		54,54
Cam do Brito						2.540		55,79
Canhoba						1.588		29,22
Carira						1.964		14,46
Carmópolis						1.579		62,20
Cristianópolis						1.714		25,31
Cumbe						1.579		20,05
Divina Pastora						1.023		23,15
Frei Paulo						1.520		20,38
Gararu						1.334		12,68

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁ- FICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Ilha das Flô- res						2.556		125,11
Indiaroba						1.332		23,41
Itabaianinha						2.907		36,24
Itabi						1.621		22,45
Itaporanga d'A juda						2.884		21,73
Japaratuba						2.557		19,93
Japoatã						1.930		24,76
Laranjeiras						4.296		55,79
Macambira						1.143		21,66
Malhada dos Bois						1.180		37,38
Malhador						1.492		45,72
Muribeca						1.687		63,13
N. S. da Gló- ria						1.958		10,53
N. S. das Dô- res						4.740		27,31
N. S. do Socor ro						1.270		50,00
Pedrinhas						1.454		80,74
Pôrto da Fôlha						3.046		11,63
Riachão do Dan tas						2.093		28,28
Riachuelo						2.802		70,88
Ribeirópolis						2.254		25,66
Rosário do Ca- tete						1.799		45,40
Salgado						1.793		31,54
Santa Luzia do Itanhi						1.112		26,54
Santa Rosa de Lima						1.290		42,03
Santo Amaro das Brotas						2.183		26,48

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Siriri						1.142		33,03
Tobias Barreto						4.760		20,10
Umbaúba						1.282		33,29
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Amparo de São Francisco							824	30,04
Canindé de São Francisco							279	2,09
Gracho Cardoso							848	21,00
Monte Alegre de Sergipe							781	8,99
Pacatuba							555	18,43
Pinhão							800	20,38
Poço Redondo							721	4,00
Poço Verde							953	19,55
Tomar do Geru							702	22,07

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL  
 ENSINO PRIMÁRIO - PRIORIDADE NO ATENDIMENTO  
 DO DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO

B A H I A

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
<u>1ª PRIORIDADE</u>								
Salvador	638.592							1.039,20
Ilhéus		56.936						46,79
Itabuna		67.687						45,58
Feira de Santana		69.884						79,11
Jequié		50.484						29,34
Vitória da Conquista		53.429						15,88
Alagoinhas			42.571					52,26
Santo Amaro			46.563					81,08
Ibicaraí			23.809					51,27
Juazeiro			23.855					5,87
Cachoeira				13.916				71,64
Camaçari				10.031				23,60
Candeias				12.500				94,31
Cruz das Almas				12.190				168,03
Itaparica				11.629				81,27
Maragogipe				19.322				84,02
Mato de São João				10.921				22,67
Muritiba				13.589				91,02
Nazaré				15.977				105,84
Santo Antônio de Jesus				15.486				104,99
Canavieiras				19.954				14,55
Coaraci				12.496				66,50
Ipiaú				19.276				67,78
Valença				17.862				23,56
Caravelas				11.215				11,84

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Serrinha				12.658				26,81
Senhor do Bon- fim				17.522				15,77
Jacobina				19.992				11,57
Itapetinga				19.671				26,22
Macarani				10.426				13,28
Poções				11.966				16,65
Irecê				10.748				9,65
Paulo Afonso				19.499				23,11
Barreiras				10.174				1,29
Catu					9.686			45,06
São Félix					6.059			103,96
São Gonçalo dos Campos					7.343			56,76
São Sebastião do Passé					8.300			40,96
Belmonte					8.867			11,51
Camamu					5.950			20,07
Candu					6.444			46,77
Itacaré					7.185			24,73
Itajuípe					9.515			46,62
Itapebi					5.339			13,78
Ituberá					5.209			22,26
Ubaitaba					6.866			48,47
Ubatã					7.808			30,81
Itanhém					7.544			20,10
Medeiros Neto					8.270			26,37
Pôrto Seguro					5.439			7,42
Prado					6.341			10,83
Conceição do Coité					5.119			28,87
Euclides da Cunha					5.213			5,89
Jeremoabo					6.447			4,89
Castro Alves					9.749			20,55

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Irará					5.258			30,42
Campo Formoso					5.833			3,88
Saúde					5.858			7,85
Itaberaba					9.982			7,76
Miguel Calmon					8.165			16,89
Mundo Novo					6.748			14,84
Rui Barbosa					8.247			10,29
Amargosa					9.298			44,95
Jaguaquara					6.167			25,22
Maracás					5.665			7,56
Santa Inês					6.241			24,94
Andaraí					5.132			9,90
Morro do Chapéu					8.805			5,56
Piatã					5.257			12,38
Brumado					8.483			9,97
Caculé					6.265			11,69
Caetité					6.031			11,11
Guanambi					6.591			17,24
Livramento do Brumado					5.671			9,45
Macaúbas					6.135			6,60
Barra					8.897			1,95
Central					5.358			13,08
Remanso					6.159			3,71
Sento Sé					5.753			1,32
Xique-Xique					7.409			2,35
Bom Jesus da Lapa					8.338			2,85
Santana					6.915			7,72
<u>2ª PRIORIDADE</u>								
Acajutiba						3.889		37,82
Aporá						1.430		21,45
Conde						4.190		18,09

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Entre Rios						3.092		13,23
Esplanada						4.547		10,46
Inhambupe						3.811		16,87
Jandaíra						2.140		8,98
Rio Real						3.171		19,50
Sátiro Dias						1.216		15,80
Aratuípe						2.646		39,91
Conceição da Feira						3.057		69,62
Conceição do Almeida						4.566		91,95
Jaguaripe						3.410		13,51
Valente						2.220		17,81
Coração de Ma- ria						1.597		48,36
Iaçu						4.717		4,62
Ipirá						4.207		13,12
Riachão do Ja- cuípe						4.587		13,00
Santa Terezi- nha						1.729		20,45
Santo Estévão						3.699		49,36
Tanquinho						2.089		24,49
Jaguarari						3.165		5,89
Pindobaçu						1.508		15,34
Baixa Grande						1.540		12,60
Ibiquera						1.347		8,17
Macajuba						1.245		10,63
Mairí						2.692		21,39
Piripiba						4.380		15,90
Brejões						1.933		20,73
Itaquara						1.725		26,08
Itiruçu						2.666		29,85
Jiquiriçá						1.403		38,08
Lage						2.108		29,55

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Mutuípe						1.834		56,94
São Miguel das Matas						1.327		53,42
Ubaíra						4.059		30,08
Boa Nova						3.832		9,08
Encruzilhada						1.740		6,14
Ibicuí						4.026		17,41
Iguaí						3.159		28,55
Itajibá						1.629		24,93
Barra da Esti- va						4.743		6,46
Barra do Mendes						2.349		8,82
Brotas de Ma- caúbas						3.337		3,78
Pojuca						4.217		30,41
São Felipe						2.336		84,24
S. Francisco do Conde						3.930		100,30
Sapeaçu						2.924		101,25
Cairu						4.733		17,66
Itororó						4.312		68,56
Maraú						1.901		12,70
Nilo Peçanha						2.358		19,08
Potiraguá						3.113		11,27
Taperoá						3.287		16,78
Una						2.545		12,84
Uruçuca						4.356		29,79
Alcobaça						3.408		7,98
Mucuri						3.553		8,40
Santa Cruz Ca- brália						1.474		4,04
Antas						2.067		27,10
Araci						2.147		11,80
Cansanção						1.432		9,79
Cícero Dantas						4.055		26,26

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁ - FICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Cipó						2.522		35,18
Itapicuru						2.690		12,55
Itiúba						2.869		11,24
Monte Santo						1.607		8,38
Nova Soure						1.760		23,15
Olindina						2.841		24,45
Paripiranga						4.375		25,07
Queimadas						3.851		6,51
Ribeira do Am- paro						1.007		16,88
Ribeira do Pom- bal						4.802		33,98
Santa Luz						2.932		6,12
Tucano						4.234		7,85
Uauá						2.203		4,19
Gentio do Ouro						4.175		2,71
Ibitiara						2.022		6,74
Ipupiara						2.208		5,12
Ituaçu						4.658		9,78
Lençóis						4.278		5,52
Mucugê						1.666		3,93
Palmeiras						2.286		8,03
Rio de Contas						3.315		13,21
Seabra						4.281		7,91
Utinga						2.075		6,75
Condeúba						4.590		10,59
Igaporã						1.927		13,64
Jacaraci						3.243		11,13
Oliveira dos Brejinhos						2.515		5,10
Paramirim						3.661		9,10
Urandi						2.697		11,09
Curaçá						2.365		2,49
Glória						3.045		2,36
Casa Nova						4.689		3,41

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O U R B A N A							DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO
	Mais de 100.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 10.001 a 20.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	De 1.001 a 5.000 hab.	De menos de 1.000 hab.	
Tremedal						1.227		10,65
Ibotirama						2.902		4,45
Paratinga						2.625		6,68
Pilão Arcado						2.923		1,43
Carinhanha						3.931		3,04
Côcos						1.427		1,12
Palmas de Monte Alto						2.057		2,82
Riacho de Santana						2.513		6,21
Santa Maria da Vitória						3.957		9,05
Angical						2.530		4,18
Correntina						2.636		1,15
Cotegipe						4.363		1,84
Ibipetuba						4.307		0,99
<u>3ª PRIORIDADE</u>								
Serra Preta							438	44,93
Chorrochó							948	3,04
Coribe							739	3,79

A N E X O    I I

Minuta do Convênio entre o  
Ministério de Educação e  
Cultura e a Superintendên-  
cia do Desenvolvimento do  
Nordeste.

## C O N V E N I O

O Ministério da Educação e Cultura e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste,

Considerando a necessidade de um esforço conjunto, no campo do ensino primário e da educação de base, para erradicar o analfabetismo no Nordeste do Brasil e para assegurar mínimos culturais às populações desta área, acordam o seguinte:

I - O Ministério da Educação e Cultura e <sup>a</sup>Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste comprometeu-se a mobilizar recursos técnicos e financeiros para um amplo programa de alfabetização e de educação de base, a ser executado em acôrdo com os Estados e Municípios, em bases a serem estabelecidas através projetos comuns.

II - Para a execução do programa citado, o MEC compromete-se: nos termos do Decreto que, institui a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, a unificar a política de seus diversos órgãos que atuam no campo do ensino primário e da educação de base.

III - A SUDENE compromete-se a incluir, a partir de 1963, na reformulação de seu Plano Diretor, dotações específicas com essa finalidade, e a submeter, nos termos do Acôrdo assinado entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, à "Aliança para o Progresso", pedidos de assistência financeira para complementação dos investimentos previstos no programa.

IV - Na execução do programa, compete:

1 - Ao MEC:

- a) A supervisão e o assessoramento em matéria pedagógica;
- b) a orientação e execução do treinamento de professores, em cooperação com os órgãos estaduais e municipais especializados;

- c) a execução dos projetos de construções escolares, em colaboração com os Estados e Municípios;
- d) a avaliação, em matéria pedagógica, do rendimento do programa.

2. À SUDENE:

- a) A indicação das prioridades para investimento, em acôrd<sup>o</sup> com os Estados;
- b) a supervisão e o contrô<sup>l</sup>e dos investimentos;
- c) o assessoramento técnico aos Estados e Municípios na e<sup>l</sup>aboração dos projetos de inversão;
- d) a avaliação dos resultados do programa;
- e) a solicitação de financiamento externo para o programa.

3. Ao MEC e à SUDENE:

- a) A aprovação dos projetos encaminhados pelos Estados e Municípios, para a concessão do financiamento.
- b) A reformulação anual do programa.

-----